Membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência tomam posse

Date : 19-08-2015

Foi realizada, nessa terça-feira, 18, a posse dos novos membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. A solenidade, que aconteceu no Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos, contou com a presença do vice-prefeito, Joás Meira (que, na oportunidade, representou o prefeito Guilherme Menezes), e da secretária municipal de Desenvolvimento Social, Kátia Freitas.

Vinte e dois conselheiros, entre representantes de instituições governamentais e de órgãos não governamentais, foram empossados. “Para a Administração Municipal, é uma alegria muito grande dar posse aos conselheiros que buscarão a garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Os conselhos municipais são mais uma forma da população participar efetivamente na construção das políticas públicas do nosso município e têm um papel importantíssimo para o Governo Municipal”, destacou o vice-prefeito Joás Meira.

O ex-presidente e membro do Conselho, Luiz Fernando Couto, falou sobre os objetivos do órgão. “O conselho tem o objetivo de fiscalizar as políticas públicas que são propostas para a pessoa com deficiência – são leis boas e foram reafirmadas agora com o Estatuto da Pessoa com a Deficiência. A finalidade é que essas leis possam ser cumpridas para que garantam melhor qualidade de vida para a pessoa com deficiência”.

E justamente visando assegurar tais objetivos é que os novos membros do conselho vão atuar. “Vamos seguir lutando para alcançar os nossos objetivos porque quando se melhora a vida da

pessoa com deficiência melhora para todos, para o idoso, para pessoas com dificuldades de locomoção, enfim, é uma causa mais do que justa essa que defendemos”, destacou o conselheiro empossado, Hermenilson Oliveira.

Composição – O conselho é composto de forma paritária, sendo que, entre os 11 membros titulares, existem representantes das secretarias municipais de Saúde; Desenvolvimento Social; Educação; Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Mobilidade Urbana; e Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico. É garantida, ainda, a representação de instituições de pessoas com surdez ou com deficiência auditiva; de pessoas cegas ou com deficiência visual; de pessoas com deficiência física; mental e dois representantes de entidades socioassistenciais.